



C N R H  
TEXTO PARA DISCUSSÃO  
Nº 01/82

Mobilidade Espacial e Mobilidade  
Ocupacional no Brasil

---

George Martine  
abril de 1982

MOBILIDADE ESPACIAL E MOBILIDADE OCUPACIONAL NO BRASIL:  
ASPECTOS SUBSTANTIVOS E METODOLÓGICOS

por

George Martine  
Projeto de Política Social  
OIT/PNUD/CNRH - Brasília

(Trabalho apresentado no Seminário sobre Mobilidade Ocupacioo  
nal, PREALC - Santiago do Chile, abril de 1982)

## 1. Introdução

Em última instância, o interesse com o tema da mobilidade ocupacional reflete uma preocupação com a capacidade da estrutura produtiva de propiciar aos trabalhadores uma mudança ascendente na hierarquia ocupacional. Sem entrar no mérito das posturas teórico-ideológicas subjacentes a essa preocupação, vale salientar que a avaliação da extensão e do significado da mobilidade ocupacional apresenta problemas metodológicos distintos em diferentes categorias sociais.

Este trabalho pretende analisar a questão da mobilidade ocupacional dentro de uma das categorias sociais cuja dinâmica e posicionamento mais tem interessado tanto aos acadêmicos quanto aos planejadores: os migrantes. A preocupação com a problemática migratória, conjugada à disponibilidade de novas e ricas fontes de informação, permitiram avanços significativos no estudo do fenômeno das migrações no Brasil durante a década de '70. Pretende-se utilizar esses dados e estudos como ponto de partida para uma reflexão sobre a mobilidade ocupacional da migração de destino urbano, como também sobre as dificuldades metodológicas associadas ao seu estudo; espera-se que esse esforço de revisão e sistematização seja útil na preparação das análises que começam a se delinear com base aos dados dos Censos recentes.

## 2. Inserção e Adaptação de Migrantes nos Mercados de Trabalho Urbanos<sup>1</sup>

A preocupação com os movimentos migratórios gira, essencialmente, em torno dos impactos mutuamente reforçadores dos deslocamentos geográficos sobre a situação sócio-econômica dos migrantes e sobre o desenvolvimento da sociedade. Em síntese, a migração, particularmente do tipo rural-urbano, deveria reduzir a produção de subsistência, impulsionar a divisão social do trabalho e ampliar o mercado interno. Entretanto, tais transformações só podem ocorrer na medida em que os migrantes são absorvi-

dos pelo mercado de trabalho urbano e se integram efetivamente ao seu novo habitat como produtores e consumidores. Do contrário, os agentes do processo migratório apresentam condições de vida sub-humana e, paralelamente, passam a constituir um ônus para as cidades.

Mesmo simplificado nesses termos, é fácil compreender porque o fenômeno migratório tem se transformado numa questão vital - especialmente quando se considera que os migrantes rural-urbanos representam em torno de 25 a 30 milhões de pessoas em cada década, só na América Latina. Visto dessa forma, a questão se coloca também como um problema empiricamente comprovável. Ou seja, é possível investigar como, e em que sentido, se altera a situação do migrante após o deslocamento espacial e com que conseqüências. A variável básica nessa análise é, sem dúvida, a ocupação pois dela depende a renda, e daí, o acesso aos bens e serviços que definem as condições de vida do migrante e sua participação no mercado interno.

A rigor, para se analisar os efeitos da migração sobre a situação ocupacional dos migrantes, seriam necessários estudos longitudinais que fornecessem informações sobre grupos comparáveis de migrantes e naturais em momentos distintos. No mínimo, seriam necessárias investigações situadas em pelo menos três pontos no tempo - antes da saída, depois da chegada e depois de um período mais ou menos prolongado de residência.

Esse tipo de informação praticamente inexistente, fora raras exceções em estudos de natureza antropológica, cuja representatividade é, por definição, incompleta. Na ausência de informações mais adequadas, costuma-se utilizar comparações entre migrantes e naturais nas localidades de destino e, entre grupos de migrantes diferenciados segundo o tempo de residência nessas localidades, como "proxy" na avaliação das modificações ocorridas nas condições de vida dos migrantes. Grosso modo, haveria neste tipo de investigação, três preocupações básicas:

- a) como se insere a população migrante dentro do mercado de trabalho das localidades de destino?
- b) como se altera a situação dos migrantes à medida que se re-socializam e se integram na sociedade receptora? Em termos operacionais, isto equivale a perguntar - como evolui a situação sócio-econômica do migrante à medida que aumenta seu tempo de residência no local de destino?
- c) em que sentido e medida a população migrante se diferencia da população natural do lugar de destino? Adota-se, nesse caso, a população natural do lugar de destino como referencial da situação dos migrantes.

A seguir, essas questões são abordadas sucessivamente e ilustradas com base ao estudo da inserção de migrantes nas Regiões Metropolitanas (RM) brasileiras. É notável que grande parte dos estudos ligados à essa questão no Brasil se referem à experiência das RM. Tal concentração é perfeitamente compreensível já que 36% de todos os migrantes enumerados em 1970, residiam numa das RM e que estas têm um papel preponderante na economia brasileira. Por outro lado, o clamor a respeito das supostas disfunções da migração para o mercado de trabalho e para a qualidade de vida urbana se fez mais alto justamente nas RM de maior dinamismo. Neste capítulo, utilizam-se os resultados de um dos trabalhos mais compreensivos no estudo da migração metropolitana; <sup>2</sup> nos capítulos seguintes, outros estudos e fontes de dados são examinados.

### 2.1. Inserção de Migrantes nos Mercados de Trabalho Metropolitano

Inicialmente, para situar a importância da questão da inserção de migrantes recém-chegados (operacionalmente definidos como aqueles que, na época do Censo, residiam há menos de dois anos na localidade de destino) nas RM brasileiras, vale salientar a grande participação desses migrantes na constituição da PEA. Em 1970, 11,6% da PEA masculina e 13,3% da PEA feminina das 9 RM era constituída por migrantes recentes. (Dados não-mostra-

dos). A maior proporção de migrantes recentes se encontrava justamente nas RM de maior dinamismo industrial - São Paulo e Belo Horizonte.

Segundo, antes de entrar na discussão da inserção e mobilidade ocupacional, é necessário abrir um parêntese para discutir o conceito de ocupação a ser utilizado aqui. De fato, o estudo da mobilidade ocupacional, seja no contexto da migração ou de outras categorias sociais, sempre coloca para o pesquisador um problema metodológico de difícil resolução: como conceituar e operacionalizar convenientemente o predicado central ou a variável independente da análise? À nível teórico, pode-se definir a ocupação como "o conjunto articulado de funções, tarefas e operações destinadas à obtenção de produtos ou serviços", ou então como "o conjunto de pontos de trabalho (i.e. unidades de trabalho disponíveis ou satisfeitas) substancialmente iguais quanto à sua natureza e às qualificações exigidas."<sup>3</sup>

Na prática, porém, dada a grande variedade e heterogeneidade de funções e atividades existentes numa economia em processo avançado de diferenciação, qualquer tentativa de lidar com a heterogeneidade de categorias ocupacionais requer, tanto para a coleta como para a manipulação das informações, algum tipo de agregação de ocupações que permita a formulação de generalizações. O problema clássico que se apresenta nesse contexto é - como agregar ocupações de modo a ter grupos que sejam, ao mesmo tempo, relevantes para a análise e coerentes entre si? Nesta parte do trabalho, utilizam-se Tabulações Especiais em que os 259 grupos ocupacionais do Censo de '70 são agrupadas em 28, utilizando três tipos de critérios: a homogeneidade dos "índices sociais" das ocupações agrupadas numa categoria<sup>4</sup>; a sua afinidade em termos de setores econômicos e tipos de atividades; e a relevância de algumas ocupações específicas para a avaliação do processo migratório.

Não se pretende ter resolvido, desta forma, os problemas inerentes aos estudos de estrutura ocupacional. Observa-se, por exemplo, que:

"O retrato, um tanto estático e inexpressivo que se delineia por intermédio de dados censitários, não pode refletir a vitalidade da força de trabalho e das mil maneiras que seus integrantes encontram para sobreviver ou enriquecer. De fato, ocupações mais indeterminadas (como a do biscateiro), embora abranjam número considerável de trabalhadores e sejam potencialmente importantes para a compreensão da dinâmica da força-de-trabalho mais móvel, não podem ser captadas através de levantamentos com preocupações de representatividade estatística. Da mesma forma, é necessariamente eliminada do panorama ocupacional censitário, toda e qualquer atividade ilícita ou criminosa; assim desaparecem prostitutas, marginais, mendigos, vadios, banqueiros e bicheiros de jogos ilícitos, "malandros", etc., sem consideração da sua importância numérica ou posicional na organização social das grandes cidades."5

De qualquer forma, os procedimentos adotados permitem uma análise bastante mais completa do que aquela geralmente disponível à nível agregado, do processo de inserção e mobilidade da população migrante no mercado de trabalho metropolitano. 6

A que nível se inserem os migrantes na estrutura ocupacional das RM? A resposta a essa pergunta tem que ser dada separadamente por homens e mulheres, pois a situação dos dois grupos é extremamente diversa. Entre homens, o setor que mais absorve migrantes recém-chegados em todas as RM é o da construção civil. Em torno de um quinto do contingente de migrantes recentes é absorvido por esse setor, sendo que a metade desses trabalham como serventes de pedreiro. Essa ocupação específica se destaca como a maior absorvedora dos contingentes migratórios recém-chegados nas grandes cidades. (Ver Tabela 1) Essa entrada preferencial na construção civil e, especificamente, na ocupação de serventes de pedreiro, se deve a vários fatores convergentes. Por um lado, essa ocupação envolve tarefas duras e mal-remuneradas e, portanto, pouco atraentes para quem conhece o mercado de trabalho e pode encontrar outras alternativas. Segundo, a entrada envolve um mínimo de exigências formais e de qualificação para o trabalho. Terceiro, a própria atividade econômica na construção civil é, por natureza, instável e provoca uma alta rotati

vidade da mão-de-obra. Quarto, pareceria haver, da parte das próprias empregadoras, uma preferência por mão-de-obra desinformada e pouco-exigente, de modo a facilitar o não-cumprimento da legislação trabalhista.<sup>7</sup>

Outras ocupações que absorvem proporções importantes de novos trabalhadores nas RM são as ocupações de escritório (particularmente auxiliares e datilógrafos) assim como os serviços pessoais não-domésticos (especialmente porteiros, vigias e serventes). Quanto ao resto, as variações observadas são derivadas de especificidades na estrutura de produção metropolitana. Assim, por exemplo, em São Paulo e Porto Alegre, encontra-se uma maior proporção de migrantes recentes no setor de indústrias mecânicas e metalúrgica, enquanto que nas RM do Norte e Nordeste, a proporção encontrada no setor de serviços domésticos ou nas ocupações de vendedores ambulantes é muito maior.

A inserção dos migrantes nas RM é também condicionada pela idade dos recém-chegados. Assim, observa-se na Tabela 2 (a qual resume informações sobre as RM mais e menos desenvolvidas, São Paulo e Fortaleza), que as ocupações da construção civil absorvem migrantes de todas as idades. Entretanto, outras ocupações (vendedores ambulantes e serviços pessoais não-domésticos) absorvem uma proporção maior de jovens e velhos enquanto que as ocupações do setor de transportes e comunicações e as da indústria mecânica e metalúrgica absorvem uma proporção maior de homens nas faixas etárias centrais, especialmente as de 20-29 e 30-39. É interessante notar que, em Fortaleza, os serviços domésticos absorvem uma proporção importante de meninos e adolescentes.

Na PEA feminina, corroborando as conclusões de muitos estudos latinoamericanos sobre essa questão, a ocupação-chave, no que se refere à participação de migrantes, é o emprego doméstico. Em todas as RM, conforme se observa na Tabela 3, mais da metade das migrantes recém-chegadas encontra-se nos serviços domésticos. O grau de participação das recém-chegadas no serviço doméstico, que chega a alcançar três quartos do total em

algumas RM, não varia sistematicamente com o nível de desenvolvimento da cidade pois, nesse aspecto, Rio de Janeiro e Belo Horizonte se equivalem a Recife e Fortaleza. Dada a predominância dos serviços domésticos na estrutura ocupacional das recém-chegadas, nenhuma outra categoria merece maior destaque; entretanto, ao serem agregadas ocupações afins, observa-se que atividades de serviços não-pessoais recebem a maior proporção das mulheres que não são absorvidas pelo serviço doméstico. Por outro lado, vale mencionar que, nesse grupo, há uma relação inversa significativa entre idade e participação nos serviços domésticos.

Numa visão global, portanto, as informações apresentadas aqui sobre o modo de inserção dos migrantes recém-chegados nos mercados de trabalho metropolitano - pelo menos no que diz respeito aos homens - parecem contradizer algumas posições amplamente difundidas. De modo geral, a literatura existente presume que o setor informal constitui a via de acesso mais fácil para o mercado de trabalho urbano, servindo inclusive de ponte para a penetração no mercado formal. Nossos dados, porém, sugerem que as únicas ocupações que absorvem mão-de-obra migrante recém-chegada em grandes quantitativos pertencem ao setor da construção civil. Nas RM brasileiras, pode-se presumir que a maior parte desse setor é constituído por grandes obras e grandes empresas, pertencendo normalmente, portanto, ao setor "dinâmico" ou "formal" da economia. No que se refere às mulheres, a questão toda se resume praticamente na classificação do emprego doméstico, que tanto pode ser considerado como formal ou informal.

## 2.2. Evolução da Situação Ocupacional dos Migrantes Segundo Tempo de Residência e Comparação com a População Natural das RM.

Convém tratar conjuntamente os temas da evolução da situação sócio-econômica dos migrantes por tempo de residência e seu posicionamento frente aos naturais, dada a estreita ligação entre os dois temas. De fato, é rotineira a utilização da popu-

lação das localidades de destino como referencial para avaliar o posicionamento dos migrantes e sua mudança através do tempo. Aqui apresentam-se alguns resultados substantivos destas comparações, deixando para o próximo capítulo considerações a respeito das implicações metodológicas dessa abordagem. Mais uma vez, a análise tem que ser efetuada separadamente para homens e mulheres.

Tais evidências sugerem que o fundamental talvez não seja discutir a inserção de migrantes em termos de setores estanques, mas em termos da própria natureza, requerimentos e acessibilidade de determinados trabalhos. É evidente que se, como no caso do emprego de "servente de pedreiro", o trabalho é duro, mal remunerado, não requer treinamento e dá margem à manipulação da legislação trabalhista, a sua indesejabilidade, conjugada a uma alta visibilidade física, garante uma participação elevada de mão-de-obra carente e recém-chegada nas cidades. Em contraste, é óbvio que determinadas ocupações do setor informal requerem uma certa vivência e um acúmulo de conhecimentos urbano-locais para serem exercidas. Em suma, a própria heterogeneidade de setores "dinâmicos ou não-dinâmicos", "moderno ou tradicional", "informal ou formal" requer uma maior especificidade antes de permitir generalizações sobre o caminho típico percorrido pelo migrante no mercado de trabalho. Por outro lado, fatores conjunturais afetam esse caminho; nesse sentido, será interessante observar se a recessão da construção civil, já iniciada quando da realização do último Censo, provocou alterações no processo de inserção de migrantes no mercado de trabalho metropolitano. Por ora, analisamos a seguir os dados de 1970.

#### 2.2.1 - PEA Masculina

O posicionamento ocupacional dos migrantes evolui significativamente à medida que se estende seu tempo de residência em praticamente todas as RM. A observação de que a situação dos migrantes mais antigos tende a ser superior a dos mais recentes, em termos de renda, ocupação, educação, etc. é comum a praticamente todos os estudos realizados a esse respeito, independentemente do tipo de unidade de observação e mesmo após o con -

trole da idade dos migrantes.

A título de ilustração, a Tabela 4 apresenta informações ilustrativas referentes à PEA masculina de São Paulo e Fortaleza. Observa-se uma diminuição progressiva da participação de migrantes na construção civil à medida que aumenta o seu tempo de residência na RM, sendo que o abandono da função de "servente de pedreiro" durante os dois primeiros anos de residência explica praticamente toda a mudança nesse setor. Ou seja, sendo uma atividade sem atrativos permanentes e havendo a possibilidade do servente passar a exercer outras atividades dentro do mesmo setor após uma estadia relativamente curta, a ocupação de serventes de pedreiros parece sofrer um esvaziamento duplo: ou os serventes passam a exercer uma outra função dentro da construção civil ou eles abandonam o setor ou a própria RM.

Nenhuma outra categoria demonstra uma diferenciação tão clara com o aumento do tempo de residência, pois o que caracteriza a evolução da estrutura ocupacional dos migrantes segundo a maior permanência na RM é a progressiva diversificação de atividades econômicas; assim, os migrantes mais antigos já não apresentam uma concentração tão notável em nenhuma categoria. Entretanto, observam-se algumas tendências que, embora não sejam estatisticamente apreciáveis, são sistemáticas na maior parte das RM. Desta forma, à medida que aumenta o tempo de residência nas RM, tende a subir a proporção dos migrantes em ocupações do setor de transportes, na categoria de comerciantes e outros proprietários de nível médio e, nas ocupações técnicas de nível médio. Na maior parte dos casos, porém, esses diferenciais são mais sugestivos do que estatisticamente significativos.

A diferenciação entre os grupos migrantes por tempo de residência é bastante mais clara com relação à renda do que ocupação. Isto provavelmente se deve às dificuldades de ordem técnica, mencionadas anteriormente, associadas com o estudo da mobilidade ocupacional. Seja como for, a distribuição de renda da PEA masculina nas nove RM brasileiras, por condição migratória, (apresenta no Gráfico 1) mostra que o maior tempo de resi -

dência implica numa melhora progressiva da renda em todas as RM. Deve ser ressaltado que os dados do Gráfico I foram padronizados por idade; portanto, o fato de que os migrantes mais antigos são mais velhos e, ceteris paribus, melhor posicionados no mercado de trabalho, não afeta os resultados. Os dados não-padronizados apresentam uma melhora ainda mais significativa por tempo de residência do que aqueles mostrados aqui.

No que diz respeito à comparação de migrantes e naturais, tanto a Tabela 4 como o Gráfico I indicam que a posição relativa dos naturais varia muito de acordo com a RM. Ou seja, a PEA migrante masculina, tomado como um todo, não ocupa no mercado de trabalho um nível que pode ser caracterizado como superior, igual ou inferior à PEA não-migrante em todas as RM. A situação das duas metrópoles nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro) é claramente diferenciada das outras RM a esse respeito. No Rio de Janeiro, e mais ainda em São Paulo, a situação sócio-econômica dos naturais é nitidamente superior. Nas outras RM, os diferenciais entre migrantes e naturais tendem sempre a favorecer os migrantes, mas raramente são significativos; por outro lado, a situação relativa dos migrantes tende a ser um pouco melhor nas RM do Norte-Nordeste do que no Centro-Sul.

Estas informações, portanto, apontam para a importância de dimensionar e caracterizar o significado do fenômeno migratório dentro da estrutura de cada região. Por outro lado, pode-se dizer que, de modo geral, a comparação a nível agregado entre dois grupos denominados de "migrantes" e "naturais" é de pouca utilidade prática. Para ser efetivada corretamente, requer a aplicação de diversos controles simultâneos; mesmo assim, os resultados podem não ser muito significativos já que o fato mais marcante talvez não seja a existência de diferenciais entre migrantes e naturais mas sim a concentração da maioria de ambos os grupos em posições de ocupação e renda muito baixas.

### 2.2.2 - PEA Feminina

A evolução da estrutura ocupacional da PEA feminina por tempo de residência é muito mais marcante do que entre homens. Os padrões observados estão quase totalmente ligados à evolução da ocupação de empregada doméstica. Conforme demonstrado anteriormente, essa categoria inclui entre 50 e 75% de todas as migrantes recém-chegadas nas RM brasileiras. Essa proporção cai rapidamente com o tempo de residência. (Ver Tabela 5) Em alguns casos, a proporção das recém-chegadas no serviço doméstico alcança o dobro da participação das migrantes mais antigas.

Tendo em vista o predomínio dos serviços domésticos na configuração ocupacional das mulheres, a evolução dos demais grupos ocupacionais em função da condição migratória, é exatamente inversa à daquela categoria. Depois dos serviços domésticos, as ocupações mais importantes na maioria das RM são as do escritório, das indústrias de couro, vestuário e têxtil e, do ensino primário. Em todas essas categorias, a proporção de migrantes sobe significativamente à medida que aumenta o tempo de residência.

A participação da PEA feminina nos serviços domésticos é também fortemente influenciada pela idade sendo que, nesse caso, a evolução se assemelha a uma curva tipo J, invertida: (ver Tabela 6) Ou seja, a proporção é maior entre adolescentes, diminui rapidamente nos grupos etários intermediários e volta a subir nas idades mais avançadas. A grande maioria das adolescentes, particularmente das migrantes, que estão na PEA, trabalham como empregadas domésticas. A proporção de mulheres nessa categoria diminui paulatinamente com a idade até os 40 anos; o grupo de 40-64 anos, porém, volta a demonstrar um aumento na categoria de empregadas domésticas em quase todas as RM e, entre as mulheres de 65 anos ou mais que se mantêm na PEA, a proporção encontrada no emprego doméstico volta a níveis perto de 50%, na maioria das cidades. Esse tipo de padrão caracteriza todos os grupos populacionais, independentemente da sua condição migratória ou tempo de residência. Mais uma vez, o padrão de participação

das migrantes em outras categorias ocupacionais por idade, é exatamente o inverso do que o observamos nos serviços domésticos.

A comparação entre migrantes e naturais no caso das mulheres é menos ambígua, pelo menos em termos formais, de que entre homens. Na maioria dos casos e de maneira bastante significativa, as não-migrantes estão numa situação ocupacional que pode ser considerada superior a dos migrantes. Os dados sobre renda (não mostrados) confirmam claramente esse diferencial, atribuível novamente à preponderância de migrantes nos serviços domésticos. Entretanto, como a renda não-monetária associada ao emprego doméstico não é computada nesses dados, persiste uma certa ambigüidade a respeito do posicionamento real das migrantes frente às naturais.

### 2.2.3 Recapitulação

Em suma, ao analisarmos a estrutura ocupacional das nove RM brasileiras, observamos a superposição de várias dimensões estratégicas. Em primeiro lugar, embora não tenha sido possível aprofundar nesse aspecto aqui, vale enfatizar que o determinante imediato da configuração ocupacional é dada pela especificidade das estruturas de produção metropolitanas; assim a predominância de certos setores e atividades influencia decisivamente os requisitos e a forma de inserção dos migrantes no mercado de trabalho metropolitano. Segundo, a composição ocupacional dos naturais e de sub-categorias de migrantes é fortemente influenciada por sua composição demográfica em termos de sexo e idade. Por último, observam-se modificações significativas na composição ocupacional dos migrantes segundo seu tempo de residência na RM. A seguir, passamos a integrar estes resultados numa síntese dos diversos trabalhos realizados no Brasil sobre o tema durante a década de '70, com o objetivo de facilitar a reflexão quanto ao seu significado para a a compreensão da mobilidade ocupacional de migrantes.

### 3. Convergências e Divergências na Análise de Mobilidade Ocupacional de Migrantes no Brasil

Dado o grande acervo de trabalhos focalizando o processo de adaptação migratório em diversos tipos de unidades observacionais no Brasil durante a última década,<sup>8</sup> vale a pena fazer uma síntese comparativa de alguns aspectos, destacando lições substantivas e metodológicas propiciadas por essa comparação.

Em geral, pode-se dizer que estes estudos têm chegado a conclusões divergentes e mesmo contraditórias com respeito à situação econômica comparativa de migrantes e naturais; entretanto, têm sido convergentes e praticamente unânimes em apontar uma melhora na situação dos migrantes à medida que aumenta seu tempo de residência numa determinada localidade.

No que diz respeito à situação relativa de migrantes e naturais, pode se observar que alguns trabalhos encontram, como era de se esperar, de acordo com a literatura anterior e o senso comum, que a população natural se encontra sistematicamente numa situação sócio-econômica superior à dos migrantes<sup>9</sup>. Isto é, comparando os dois grupos em termos de variáveis como nível educacional, taxas de atividades, níveis de emprego, posicionamento na estrutura ocupacional, distribuição de renda ou participação no setor informal, esses trabalhos chegam à conclusão de que, a nível agregado, a situação dos não-migrantes é globalmente superior à dos migrantes nos lugares de destino; este diferencial resultaria da incapacidade dos migrantes de competirem em igualdade de condições com os naturais no mercado de trabalho.

Outros estudos chegam a resultados diametralmente opostos e concluem que são justamente os migrantes que, por serem selecionados entre os elementos mais dinâmicos e/ou preparados da população, desfrutam de uma situação sócio-econômica superior à dos não-migrantes.<sup>10</sup> Ainda outros encontram diferenciais variáveis segundo o tipo de fluxo e o nível de desenvolvimento da

localidade receptora<sup>11</sup> e, finalmente, completando a gama de alternativas, outros autores encontram que a dimensão migratória não é significativa na constituição dos grupos sócio-econômicos<sup>12</sup>.

Como interpretar essas divergências? Inicialmente, pode-se dizer que a maioria é explicável em função de discrepâncias conceituais e metodológicas. Primeiro, os próprios conceitos de "migrante" e "não-migrante" utilizam referenciais de tempo-espaço diferentes nos diversos trabalhos. Em alguns, a população "migrante" é definida como a população não-natural da unidade de observação que tinha 10 anos ou menos de residência nesta localidade; a população "não-migrante", portanto, é constituída pelos naturais acrescidos dos migrantes antigos. Dada a dimensão e a constituição privilegiada, em termos relativos, desta população de migrantes "antigos" (mais de 10 anos de residência), é óbvio que os resultados das investigações que utilizam este conceito têm que divergir bastante de outros em que prevalece a definição censitária (i.e. migrante é toda pessoa que reside num município distinto daquele de nascimento), onde a categoria de migrantes "antigos" não é adicionada a dos "naturais".

Contudo, talvez mais importante que estas discrepâncias operacionais seja a alteração do significado dos conceitos de "migrante" e "não-migrante" na medida em que é modificada a dimensão e a abrangência espacial da unidade de observação. Se não, vejamos. Costuma-se utilizar a população natural da região ou localidade sendo estudada (a qual geralmente é constituída por uma área de atração e, portanto, de "destino" da migração) como referencial para efeitos de avaliar o posicionamento sócio-econômico dos migrantes. Se esta população for relativamente homogênea em algumas características sócio-econômicas ou se ela constituir, a nível agregado, um estrato de características sócio-econômicas marcadas, então a sua utilização como padrão de comparação é justificável. Assim, a população natural de uma área de atração como a Região Metropolitana de Belo Horizonte constitui, grosso modo, uma população de controle adequada para fins de investigar o processo de inserção econômica da população migrante e da evolução desta inserção à medida que aumenta a permanência do migrante na localidade de destino.<sup>13</sup> Isto é, refere-se a uma área urbana relativamente circunscrita, com uma base produtiva dinâmica e,

portanto, de reconhecido poder de atração sobre migrantes -em-potencial.

Entretanto, na medida que se estende a unidade de observação para abranger uma gama de áreas altamente diferenciadas em suas condições geográficas, bases produtivas e capacidades de absorção, o conceito "não-migrante" assume outras conotações. Por exemplo, se fizermos uma comparação entre migrantes e não-migrantes no Estado de Minas Gerais como um todo, então é evidente que a dimensão "não-migrante" abrange não somente a população-controle, cuja situação costumeiramente se toma como padrão de referência para os migrantes e, portanto, cujo posicionamento se supõe que os migrantes deveriam alcançar em áreas de atração, mas também os migrantes-em-potencial de áreas em franca estagnação; estes últimos talvez estejam na pior situação de todos e, portanto, dificilmente poderiam constituir-se em standard de comparação.

Desta forma, a utilização de unidades observacionais grandes e heterogêneas, que abrangem simultaneamente áreas de absorção e de estagnação, prejudica fundamentalmente o sentido das comparações entre subgrupos populacionais e aumenta a probabilidade de se incorrer numa falácia ecológica, ou seja, de atribuir características médias de áreas a indivíduos em unidades observacionais altamente heterogêneas.<sup>14</sup>

Outro fator básico nas divergências dos resultados é a ausência, em alguns trabalhos citados, de controles sobre fatores intervenientes básicos, como idade, sexo e tempo de residência. Não é necessário entrar em detalhes para concluir que os diferenciais observados entre dois subgrupos populacionais podem ser atribuídos, na sua quase totalidade, aos diferenciais nas estruturas demográficas destes grupos. As discrepâncias potenciais são mais acentuadas ainda nos estudos migratórios devido, por um lado, à seletividade demográfica dos fluxos, e por outro, à evolução do nível de participação na força de trabalho segundo a experiência, a produtividade, os contatos e a capitalização, fatores estes que variam significativamente em função de idade e sexo. Desta forma, uma maior proporção de migrantes antigos no

fluxo leva, ceteris paribus, a um melhor posicionamento do grupo, se a variável "idade" não for controlada; da mesma maneira, os fluxos com baixo índice de masculinidade terão um posicionamento e níveis de participação mais baixos que outros onde os homens são mais representados.

Finalmente, a forma de operacionalizar variáveis independentes pode levar a resultados divergentes. As investigações que visam analisar a constituição de grupos ocupacionais ou a dinâmica do setor informal são exemplos clássicos deste tipo de dificuldade; dependendo do procedimento de agrupação ou do peso atribuído a determinadas categorias ocupacionais, as interpretações da mesma situação podem variar de forma substancial. Da mesma maneira, as análises de renda, fundamentais para a compreensão do posicionamento relativo de subgrupos e da evolução da estrutura social, têm sido objeto de infindáveis debates, decorrentes parcialmente de discrepâncias metodológicas. As mesmas ambigüidades prevalecem nos estudos de diferenciais migratórios; exercícios preliminares, utilizando renda monetária, indicam que, para a mesma unidade observacional, o posicionamento relativo dos naturais e dos sub-grupos de migrantes pode variar dependendo do uso de médias, medianas, categorias percentuais ou procedimentos mais sofisticados de análise.

Enfim, pareceria que as diversas comparações entre migrantes e naturais visando compreender melhor o posicionamento real dos migrantes e, assim, avaliar o significado dos deslocamentos populacionais, não têm produzido resultados consistentes ou sistemáticos. Não obstante, é importante salientar que as divergências verificadas se devem, antes de mais nada, à variedade de procedimentos operacionais utilizados, o qual inviabiliza uma comparação rigorosa dos diversos resultados.

Entretanto, mais interessante ainda que as discrepâncias em torno das comparações entre migrantes e naturais, é a observação de que, apesar das divergências conceituais e metodológicas constatadas aqui, quase todos os estudos citados relatam um padrão evolutivo idêntico com respeito ao posicionamento dos migrantes segundo o seu tempo de residência numa determinada localidade. Ou seja, a medida que o tempo de residência dos migrantes no seu lugar de destino aumenta, tende a melhorar significativamente sua situação em termos de renda, ocupação, e outros indicadores de posicionamento sócio-econômico. Esta tendência é verificada, independentemente do tipo de unidade de observação, embora seja mais acentuada em áreas de atração mais desenvolvidas.

As transformações ocorridas na estrutura sócio-econômica dos migrantes segundo tempo de residência - mesmo depois de controlar fatores intervenientes como a estrutura etária - permitem basicamente dois tipos contraditórios de interpretação. Por um lado, seguindo orientações convergentes fornecidas pela teoria do capital humano, pela teoria da modernização e pela teoria de assimilação, a interpretação seria relativamente simples: estaria havendo um processo de adaptação progressiva através do qual os migrantes adquirem experiência, capital e contatos que lhes permitem estabelecer-se comodamente nos lugares de destino. Sendo assim, a dinâmica natural da migração estaria sendo funcional para a sociedade e benéfica para os próprios migrantes, dispensando assim a necessidade de intervenção governamental.

Por outro lado, a esta interpretação otimista pode ser contraposta uma série de considerações metodológicas que põe em dúvida a sua validade. Inicialmente, observa-se que os diferenciais constatados poderiam ser produzidos simplesmente por câmbios nos padrões de seletividade migratória; nessa ótica, os migrantes mais antigos teriam sido mais bem preparados para ingressar no mercado de trabalho metropolitano do que os novos, explicando-se assim sua situação privilegiada atual. Segundo, é possível que as estruturas econômicas e sociais das localidades de destino tenham se alterado através do tempo, influenciando deste modo a inserção dos migrantes em diferentes períodos; ou seja, os mais antigos estariam em melhor situação agora porque ingressaram no mercado de trabalho me

tropolitano numa época em que as condições eram mais vantajosas.<sup>15</sup>

Embora não se disponha de informações que permitissem testar convenientemente essas duas primeiras hipóteses, pareceria plausível, a priori, que numa sociedade em processo de rápida transformação como a brasileira, as mudanças havidas na estrutura de produção e no sistema de educação, conjuntamente, tenderiam a favorecer os migrantes mais novos e mais recentes. Ou seja, a cobertura e a qualidade do sistema educativo assim como o desenvolvimento do setor industrial moderno progrediram sensivelmente durante o período sendo considerado; assim, dada a correlação positiva entre educação e ocupação, os migrantes mais recentes teriam, *ceteris paribus*, uma situação privilegiada em relação aos seus precursores.

Seja como for, nos interessa explorar uma terceira hipótese alternativa, que atribui os diferenciais por tempo de residência à uma evasão seletiva de migrantes. Ou seja, a saída da RM de um contingente significativo de migrantes mais carentes e mais despreparados para competir no mercado de trabalho metropolitano, junto com a retenção seletiva dos migrantes mais privilegiados, explicariam a transformação do perfil ocupacional de migrantes com o tempo de residência. Trabalhos realizados nessa área, embora baseados em evidências circunstanciais, levam a crer que a hipótese de re-migração ou da "migração repetida" seja tão ou mais plausível na explicação dos diferenciais por tempo de residência do que aquela que postula uma adaptação progressiva nos lugares de destino.

A chave para a interpretação dessa adaptação progressiva reside, portanto, na demonstração empírica da dimensão e das características da migração repetida. Os dados censitários apresentam apenas três referências de tempo-espço - lugar de nascimento, residência anterior e residência atual - e, portanto, omitem grande parte da migração repetida. Mesmo assim, um modelo probabilístico montado no IBGE e baseado nesses dados, sugere que uma vez iniciada o processo imigratório, a probabilidade de migrar novamente é relativamente elevada (58%), quando comparada com a probabilidade equivalente entre migrantes que ficaram mais de um ano no município (9%).<sup>16</sup> Outras investigações do tipo survey em distintas

localidades, encontraram índices de uma migração repetida elevada.<sup>17</sup> Em suma, embora não tenha sido possível quantificar satisfatoriamente as dimensões da migração múltipla, diversos estudos recentes enfatizam a provável importância desse fenômeno.

Uma tentativa específica de avaliar a dimensão da re-migração a nível das RM brasileiras sugere que 35% de todos os migrantes não ficam mais de 5 anos nas RM e 50% mais de 10 anos.<sup>18</sup> Ademais, o mesmo trabalho demonstra que são justamente os estratos mais carentes e menos qualificados que se vêm na obrigação de re-migrar. Ou seja, haveria uma retenção seletiva dos contingentes em melhores condições de competir no mercado de trabalho e uma expulsão do resto. Tais estimativas não pretendem ser exatas mas sugerem que, sem dúvida, há uma elevada proporção da população migrante que é incapaz de se fixar nas RM - apesar de que estas são consideradas como as localidades de maior poder de atração e retenção de migrantes.

O certo é que o fenômeno da re-migração merece ser estudado com maior cuidado. Até o momento, não tem sido possível angariar dados que permitissem analisar, em forma direta, o volume e o significado da migração repetida. Através de tabulações especiais do Censo de 1980 será factível, pela primeira vez, reconstituir a localidade de origem de migrantes e assim comprovar, com maior rigor, a existência de contingentes importantes de migrantes que estiveram residindo algum tempo em localidades como as Regiões Metropolitanas. Associando-se estas informações a um perfil sócio-econômico do migrante repetido, será possível avançar no exame dos processos de adaptação e/ou re-migração e, por esta via, progredir na avaliação da concomitância entre mobilidade geográfica e mobilidade ocupacional.

Embora os dados de 1980 ainda não estejam disponíveis a esse nível de desagregação, existe uma outra fonte original de dados que permite abordar essa questão sob um ângulo diferente. Trata-se das informações levantadas pelo Sistema de Informações sobre Migrações Internas, (SIMI) do Ministério do Interior. Esse sistema coleta informações através da aplicação de um questionário-padrão em lugares caracterizados como de atração ou de passagem para mi -

grantes de baixa renda. Os entrevistados têm 15 anos ou mais de idade e chegaram no local de entrevista há menos de 1 ano. Quase 300 mil boletins contendo um histórico migratório foram coletados até meados de 1981.<sup>19</sup>

De maneira geral, esses migrantes revelam um alto grau de mobilidade geográfica. (Ver Tabela 7) Menos de 21% dos 213 mil homens entrevistados tinham residido em apenas uma localidade anterior e 54% tinham residido em dois ou três lugares anteriores. Outros 19% tinham uma experiência de pelo menos quatro mudanças e 6.3% haviam feito pelo menos seis etapas. Entre mulheres, a mobilidade global, embora menor, continua elevada. É importante salientar que esses dados se referem a uma população predominantemente jovem e, portanto, minimizam os níveis finais da migração repetida; ou seja, como era de se esperar, o risco e a probabilidade de ter acumulado um número maior de deslocamentos aumentam em função da idade.

Os fluxos que se dirigem para cidades são constituídos por uma população muito mais móvel do que aqueles que vão para grandes projetos governamentais ou para as áreas de fronteira. Por outro lado, os trabalhadores pertencentes ao setor secundário também parecem se locomover mais frequentemente no espaço do que os dos outros setores (Dados não mostrados). De qualquer forma, seria prematuro tirar conclusões definitivas a partir dessa observação já que, entre trabalhadores não-qualificados e semi-qualificados, os setores econômicos não são impermeáveis. A menor mobilidade do setor primário verificada aqui, por exemplo, é uma realidade importante; entretanto, na medida em que os migrantes nos fluxos rurais-rurais não encontram empregos satisfatórios, eles passam a engrossar os fluxos de destino urbano e metropolitano. A corrente inversa também não é inverossímil, já tendo sido detectados migrantes de procedência metropolitana trabalhando como boia-frias.<sup>20</sup> Nesse sentido, talvez a circulação da mão-de-obra pouco qualificada entre os diversos setores venha a ser detectada como mais importante do que a própria mobilidade relativa dos setores.

#### 4. Considerações Metodológicas e Substantivas sobre Migração e Mobilidade

Tomadas em conjunto, as informações apresentadas aqui sobre mobilidade ocupacional e sobre a mobilidade geográfica intensiva, geram algumas reflexões, tanto de cunho metodológico como substantivo, que merecem ser enfatizadas.

Em primeiro lugar, vale a pena ressaltar alguns aspectos metodológicos que, se não forem cuidados devidamente, podem invalidar os estudos sobre mobilidade ocupacional de migrantes. De início, é evidente que se deve explicitar melhor e, quiça, procurar uniformizar, a definição de migrante, dentro do marco dos objetivos pretendidos pela investigação. É óbvio que se o interesse do pesquisador está voltado para a análise de fluxos migratórios, sua dimensão, suas características e sua seletividade demográfica e sócio-econômica, então a definição censitária comumente adotada (i.e - toda pessoa que reside fora de sua unidade de nascimento) é demasiadamente abrangente, tornando a análise sem sentido ao incluir pessoas que migraram para esta localidade há 15 ou 20 anos. Por outro lado, se o objetivo é analisar o processo migratório de forma global, com todas suas repercussões econômicas, sociais, demográficas ou políticas, então é claro que não se pode simplesmente omitir grande parte da população migrante (e.g. - a população com mais de dez anos de residência) por que assim se perderia qualquer noção de processo histórico. Deve sim, ser sistematicamente controlado o tempo de residência, de modo a poder reconstituir distintos coortes e examinar processos de inserção e adaptação nos seus devidos contextos.

Segundo; fica evidente a partir da justaposição dessas análises, que a comparação de estratos populacionais, sem controles sobre um mínimo de variáveis intervenientes, não tem muito sentido e inclusive, pode gerar interpretações falsas. A partir do momento em que se reconhece que idade, sexo e tempo de residência costumam afetar decisivamente o posicionamento sócio-econômico de indivíduos ou grupos sociais, torna-se imperativo in

cluir sistematicamente controles sobre tais fatores, ao risco de invalidar qualquer conclusão ou interpretação. Fundamental, nesse sentido, seria uma desagregação da população por estratos e categorias sociais, embora tal procedimento seja normalmente inviável com dados secundários. Finalmente, é necessário buscar uma certa uniformização na operacionalização de variáveis antes de efetuar comparações pois, da mesma forma, o uso de categorias diversas pode mudar completamente o sentido das comparações efetuadas.

A nível de conclusões substantivas, parece importante salientar que as ocupações com maior condição de absorver migrantes recém-chegados não são necessariamente, conforme costuma ser afirmado, atividades do setor informal ou tradicional. De fato, as ocupações que mais absorvem novos migrantes são atividades assalariadas no setor da construção civil (para homens) e nos serviços domésticos (para mulheres). Ou seja, os empregos disponíveis para migrantes recém-chegados que, na sua maioria, são jovens, descapitalizados e desinformados sobre as condições e oportunidades do mercado de trabalho, são empregos assalariados de baixa remuneração e de baixo status. A participação no setor informal, seja ele do tipo profissionalizado ou ad-hoc, requer pelo menos algum tempo de adaptação para acumular contatos, capital, conhecimentos e savoir-faire urbano. É claro, por outro lado, que seria preciso refazer o exercício de analisar a inserção do migrante no mercado de trabalho em distintos momentos e cenários, para poder compreender as especificidades e condicionantes da penetração no mercado de trabalho em circunstâncias diversas.

Finalmente, parece essencial re-colocar a análise da adaptação de migrantes dentro de uma concepção da migração como processo social. A maioria dos dados disponíveis são baseados em informações a nível do indivíduo - sua origem, educação, renda, destino, etc. Isto tem conduzido a uma visão celular e segmentada do fenômeno, na qual tende-se a analisar a motivação, adaptação ou desempenho do indivíduo, tomando como fato principal, o seu deslocamento entre um lugar de origem e um lugar de destino.

As tentativas de interpretar o processo de absorção e adaptação de migrantes nas RM do Brasil, levantaram outro tipo de hipótese - o da evasão seletiva e da migração repetida. Outras fontes também sugerem que há, de fato, um grau elevado de migração repetida entre a população carente.

Sem dúvida, a hipótese da migração repetida abre novas perspectivas para a interpretação da mobilidade de mão-de-obra pois retira do processo migratório seu caráter dicotômico origem-destino e obriga o investigador a enfocar os condicionantes e modalidades de movimentação múltipla de diferentes grupos sociais. É impossível avançar muito nessa questão devido às condições atuais de dados mas é permissível especular que o ritmo, a forma e a seletividade da migração repetida devem ser influenciadas diferencialmente pelas distintas fases do ciclo econômico, assim como pelas especificidades do processo de acumulação em momentos e contextos diversos, refletidos na re-alocação setorial e espacial de atividades econômicas.

Esta concepção, portanto, sugere maiores cuidados metodológicos na investigação da "mobilidade", seja ela ocupacional ou geográfica. Por outro lado, a própria intensidade da migração repetida entre certas camadas de trabalhadores brasileiros sugere a conveniência de reflexões mais aprofundadas sobre a natureza dos determinantes estruturais desses deslocamentos. O significado social dessa movimentação intensa tem que ser interpretada, não na perspectiva de uma sub-cultura nômade ou de um possível espírito generalizado de aventura, mas de uma busca constante de melhores oportunidades econômicas ou da própria sobrevivência.

NOTAS

1. Este trabalho se apoia fortemente em dois estudos anteriores: George Martine - "Adaptation of Migrants or Survival of the Fittest? A Brazilian Case," The Journal of Developing Areas, Vol. 14, nº 1, pp. 23-42. Oct. 1979; George Martine e José Carlos Peliano - Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano, Série Estudos para o Planejamento, IPEA/IPLAN, nº 19, Brasília, 1978.
2. Martine e Peliano (op.cit) esp. Capítulo 2.
3. Ver Ministério do Trabalho - Classificação Brasileira de Ocupações, MTb, Secretaria de Emprego e Salário, Brasília, 1977. Vol. I, Introdução, p. XXIV.
4. Estes índices sociais foram derivados com base ao trabalho de Nelson do Valle Silva - "Posição Social das Ocupações" , Rio de Janeiro/Centro de Informática, IBGE, 1973, mimeo.
5. Martine e Peliano (op.cit) p. 30.
6. Para exemplos de abordagens em profundidade de algumas categorias ocupacionais, ver Luis A.S. Machado - Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade, dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Rio de Janeiro, UFRJ, maio de 1971); T.C. Araújo Costa, J. Souto de Oliveira, L.M. Garcia de Oliveira e R. Santos Prado - "O Biscateiro como uma Categoria de Trabalho: Uma Análise Antropológica" (Rio de Janeiro: FIBGE/ Grupo Projeto Indicadores Sociais, 1974), mimeo.
7. A esse respeito ver depoimentos de migrantes em, Mary Garcia Castro - O Migrante na Cidade do Rio de Janeiro, Tese, Univ. Federal do Rio de Janeiro, Planejamento Urbano e Regional , 1979.
8. Ver, inter alia, Milton da Mata et alii - Migrações Internas no Brasil, Rio de Janeiro, IPEA, 1973; Mary G. Castro et alii - Mudanças na Composição do Emprego e na Distribuição de Renda: Efeitos Sobre as Migrações Internas, SERFHAU, BNH , OIT, Brasília, 1976; Hélio Moura e J.O. Coelho - Migrações para as Grandes Cidades do Nordeste: Intensidade e Características Demográficas, BNB, ETENE, Fortaleza, 1975; Hélio Moura, C.S. Holder e Aidil Sampaio - Regiões Metropolitanas do Nordeste: Diferenciais de Renda e de Educação entre Naturais e Migrantes. BNB/ETENE, Fortaleza, 1975; George Martine e J.C. Peliano - "Migração, Estrutura Ocupacional e Renda nas Áreas Metropolitanas", em Estudos de Demografia Urbana, Manoel Costa (ed) IPEA, Série Monografia nº 18, Rio de Janeiro, 1975. Manoel Costa, Urbanização e Migração Urbana no Brasil, IPEA, Série Monográfica nº 21, Rio de Janeiro, 1975. Kalman Schaeffer e Cheywa Spindel - São Paulo, Urban Development and Employment, ILO, Geneva, 1976, J.C. Peliano - "Setor Infor -

mal ou Pobreza Urbana?" IPEA, CNRH (mimeo), julho de 1976 ; Elza Keller - "Migrações Internas na Região Sudeste: Alguns Resultados Preliminares", IBGE, Rio de Janeiro (mimeo), 1976; Cheywa Spindel - A Metrôpole e o Migrante: Região Metropolitana de São Paulo, São Paulo, 1974 (mimeo); A revisão e comparação dos trabalhos apresentados aqui foi sintetizada de George Martine - "Adaptação de Migrantes ou Sobrevivenciados Mais Fortes", in Hélio Moura (ed) - Migrações Internas: Textos Seleccionados, BNB, Vol. 1, p. 949-974.

9. Mary Castro et alii , (op.cit.); Schaeffer e Spindel, (op.cit.); Cheywa Spindel (op.cit.) .
10. Da Mata et alii, (op.cit.); Manoel Costa, (op.cit.)
11. Martine e Peliano, (op. cit.); Elza Keller, (op.cit.)
12. Moura et alii, (op.cit.). Os trabalhos de Merrick e Brito sustentam basicamente a mesma tese com dados não-censitários. Ver, por exemplo, T.W. Merrick e F.A. Brito - "Informal Sector Employment in Brazil": A Case Study for Belo Horizonte", mimeo, 1973.
13. Embora possa ser considerada "adequada", esta população-controlada está longe de representar um padrão perfeito de comparação já que é constituída de estratos heterogêneos, é diluída pela presença de filhos de migrantes nascidos após a chegada na localidade de "destino" e é diminuída pela emigração, provavelmente seletiva, de uma proporção desconhecida do seu total.
14. Ver Wayne Robinson - "Ecological Correlations and the Behavior of Individuals", American Sociological Review, pp.351-375, 1951.
15. Hogan e Berlinck (cf. Daniel Hogan e Manoel Berlinck - "Occupation, access to information and the use of urban resources", Trabalho apresentado na Conferência Geral da União Internacional para o Estudo Científico da População, Bélgica, 1973, mimeo) enfatizam a irrelevância da população natural como base de comparação, já que, dependendo de sua idade, as pessoas nascidas numa determinada localidade terão passado por experiências de socialização estruturalmente diferenciadas. A mesma observação poderia ser aplicada aos migrantes já que os mais antigos se inseriram num contexto estrutural distinto daquele encontrado pelos migrantes recentes.
16. Ver, L.C. Gomes, N. do Valle e A.C. Olinto - "Recuperação de Informação e Migração", FIBGE, Rio de Janeiro (mimeo).
17. Ver, por exemplo - Elbio Gonzalez e Maria Inez Bastos - Migração para Brasília, Brasília, UnB, 1973, pp. 62-74; Léa Melo de Silva - "Pesquisa de fluxos migratórios para Belo Horizonte", In Migrações Internas e Desenvolvimento Regional, CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1973, V.1, pp. 127-68; Maria Conceição d'Incao e Mello - O Boia-Fria: Acumulação e Miséria, Petrópolis, Editora Vozes, 1975, p.75; Peter J. Eaton (Coord) - A Influência da Política Econômica Regional sobre as Migrações Internas, CAEN/ Univ. de Fortaleza, 1979, p. 9-10; Luc

Mougeot e Luis E. Aragón - A Desocupação Demográfica do Território Amazônico, Univ. Federal do Pará, Belém (mimeo)s.d.

18. Martine - "Adaptation of Migrants or Survival of the Fittest," (op.cit.) A re-migração e retenção variam sensivelmente de acordo com a RM e de acordo com a origem rural-urbana dos migrantes.
19. Esses dados e suas características são explorados, embora de forma preliminar, em George Martine - "A Migração Repetida e a Busca de Sobrevivência", Trabalho apresentado na VII Reunión del Grupo de Trabajo sobre Migraciones de CLACSO, Buenos Aires, agosto de 1980.
20. Ver, por exemplo - Maria Conceição d'Incao e Mello - (op: cit.) . p. 74-76.

TABELA 1

PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA MIGRANTE RECÉM-CHEGADA\* EM OCUPAÇÕES E CATEGORIAS OCUPACIONAIS SELECIONADAS :  
PEA MASCULINA, REGIÕES METROPOLITANAS, 1970\*\*

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Porto Alegre	Curitiba	Recife	Salvador	Fortaleza	Belém
Ocupações da Construção-Civil (excluindo mestres de obras)	17	23	21	13	17	12	23	20	12
a) serventes de pedreiro	8	12	11	6	8	5	13	10	6
Ocupações de Escritório (auxiliares de escritório, datilógrafos, almo_xarifes)	6	5	6	7	6	6	5	3	4
Ocupações de Setor de Transportes e Com. (Motoristas, Maquinistas, etc)	4	5	5	6	6	7	5	6	6
Serviços pessoais não-domésticos (porteiros, vigias, serventes, cozinheiros, garçons, etc)	8	12	9	8	7	9	9	8	6
Ocupações das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas	8	5	5	9	6	5	5	3	5
Proprietários nível médio (comerciantes, hoteleiros e donos de pensão)	2	2	3	3	3	3	3	7	1
Ocupações secundárias do comércio (balconista e entregadores) e, vendedores de jornais e revistas	4	7	7	4	5	5	6	5	4
Técnicos e auxiliares de nível médio	3	3	3	4	3	4	3	2	3
Vendedores ambulantes	2	2	2	1	2	4	4	6	7

FORTE: Tabulações da FIBGE - Programa de Migrações do-MINTER, apud Martine e Peliano (op.cit) cap. 2 e Anexo II.

\* 0-2 anos de residência

\*\* A Tabela exclui atividades agrícolas assim como ocupações indefinidas, não declaradas e não estratificáveis

TABELA 2

PARTICIPAÇÃO DA PEA MIGRANTE . RECÉM-CHEGADA EM CATEGORIAS OU OCUPAÇÕES SELECIONADAS POR GRUPOS ETÁRIOS:  
PEA MASCULINA, RM DE SÃO PAULO E FORTALEZA\*\*

CATEGORIAS E OCUPAÇÕES	SÃO PAULO							FORTALEZA						
	10-14	15-19	20-29	30-39	40-64	65 e+	TOTAL	10-14	15-19	20-29	30-39	40-64	65 e+	TOTAL
Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestre de Obra)	5	14	16	18	23	21	17	11	19	22	21	22	18	20
Servente de Pedreiro	3	9	8	7	10	10	8	9	14	12	8	9	8	10
Serviços Pessoais Não-Domésticos	11	9	8	6	10	14	8	9	8	9	8	6	11	8
Ocupações do Setor de Transportes e Comunicações	-	-	4	7	5	-	4	-	4	6	8	7	3	6
Ocupações Secundárias do Comércio	14	9	4	3	-	-	4	7	10	7	-	-	-	3
Trabalhadores nas Indústrias Mecânica e Metalúrgica	5	8	9	9	4	-	8	4	4	6	3	-	-	3
Ocupações de Escritório	4	8	7	3	-	-	6	3	5	4	3	-	-	3
Vendedores Ambulantes	5	2	-	-	3	10	-	19	6	4	-	9	13	6
Trabalhadores Não-Ocupados na Indústria	11	7	-	-	-	-	-	4	3	-	-	-	-	-
Serviços Domésticos	-	-	-	-	-	-	-	8	6	-	-	-	-	-

NOTA e Notas: Ver Tabela 1 - Significa que a categoria inclui menos de 3% do grupo.

TABELA 3

PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA MIGRANTE RECEV-CHEGADA\* EM OCUPAÇÕES E CATEGORIAS OCUPACIONAIS SELECIONADAS:

PEA FEMININA, REGIÕES METROPOLITANAS, 1970\*\*

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	BELO HORIZONTE	PORTO ALEGRE	CURITIBA	RECIFE ...	SALVADOR	FORTALEZA	BELEM
Ocupações de Escritório; Ensino Primário; Balconistas	13	12	17	18	18	12	10	9	11
Profissionais, Técnicas Auxiliares e Comerciantes de Nível Médio	7	6	5	10	10	7	6	7	6
Ocupações nas Indústrias Têxtil, Couro e Vestuário	9	4	4	8	4	4	3	7	5
Serviços Domésticos.	54	68	65	51	56	69	75	64	74

FONTE e Notas: Ver Tabela 1

TABELA 4

PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA MASCULINA EM OCUPAÇÕES E CATEGORIAS OCUPACIONAIS  
SELECIONADAS, POR CONDIÇÃO MIGRATÓRIA: RM DE SÃO PAULO E FORTALEZA, 1970

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	SÃO PAULO						FORTALEZA					
	0-2	3-5	5-10	11+	M	N	0-2	3-5	5-10	11+	M	N
Ocupações da Construção Civil (Excluindo mestres de obras)	17	12	11	9	11	5	20	13	12	11	14	12
a) Serventes de pedreiros	8	4	3	2	3	1	10	5	4	3	5	4
Ocupações de Escritório (auxiliares de escritório, datilógrafos, almoxa rifas)	6	6	6	6	6	12	3	6	7	5	5	7
Ocupações do Setor de Transportes e Com. (Motoristas, Maquinistas etc.)	4	5	6	7	6	6	6	7	9	9	8	6
Serviços pessoais não-domésticos (porteiros, vigias, serventes, co - zinheiros, garçons, etc)	8	8	7	6	7	5	8	8	7	6	7	7
Ocupações das Indústrias Mecânicas e Metalúrgica	8	9	11	10	10	9	3	6	4	5	5	4
Proprietários nível médio (comer - ciantes, hoteleiros e donos de pen são)	2	3	4	7	5	4	7	8	10	11	9	7
Ocupações secundárias do comércio (balconista e entregadores) e, ven dedores de jornais e revistas	4	4	4	3	4	5	5	5	7	4	5	4
Técnicos e auxiliares de nível médio	3	3	4	5	4	6	2	3	4	4	4	4
Vendedores ambulantes	2	2	3	3	2	2	6	5	5	6	5	7

FONTE: Ver Tabela 1

NOTA: M = Total Migrantes  
N = Total Não-Migrantes

TABELA 5

PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA FEMININA EM OCUPAÇÕES E CATEGORIAS OCUPACIONAIS SELECIONADAS:

POR CONDIÇÃO MIGRATÓRIA: RMs DE SÃO PAULO E FORTALEZA, 1970\*\*

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	SÃO PAULO						FORTALEZA					
	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N
Ocupações de Escritório; Ensino Primário; Balconistas	13	16	17	21	18	32	9	14	22	22	18	20
Profissionais, Técnicas Auxiliares e Comerciantes de Nível Médio	7	9	9	13	9	12	7	9	12	15	12	11
Ocupações nas Indústrias Têxtil, Couro e Vestuário	9	11	13	14	12	13	7	11	11	12	11	10
Serviços Domésticos	54	46	37	28	38	18	64	47	36	29	41	33

FONTE: Ver Tabela 1

NOTA: M = Total Migrantes

N = Total Não-Migrantes

TABELA 6

PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA FEMININA TOTAL EM SERVIÇOS DOMÉSTICOS,  
POR IDADE: REGIÕES METROPOLITANAS, 1970

REGIÕES METROPOLITANAS	GRUPOS DE IDADE						TOTAL
	10-14	15-19	20-29	30-39	40-64	65 e +	
SÃO PAULO	52	35	27	30	32	44	31
RIO DE JANEIRO	82	61	37	33	37	50	41
BELO HORIZONTE	82	67	40	33	38	50	45
PORTO ALEGRE	70	51	28	24	27	45	32
CURITIBA	73	52	30	23	23	34	33
RECIFE	88	68	40	39	42	57	47
SALVADOR	88	77	44	34	36	48	46
FORTALEZA	73	59	33	26	32	49	37
BELÉM	92	75	37	28	34	54	42

FONTE: Ver Tabela 1

TABELA 7

Nº de Locais de Residência Anterior por Sexo, Segundo Idade.

População SIMI, 1977 - 1981

Idade e Nº de locais de Residência anterior.	Homens	Mulheres
15-24		
1 Local	29.1%	31.0%
2 - 3	54.9	56.6
4 - 5	12.2	10.1
6 ou +	3.2	1.9
N.I	0.6	0.4
Total (N=100%)	88.809	37.574
25-39		
1 Local	16.0	19.0
2 - 3	53.9	57.4
4 - 5	21.7	18.8
6 ou +	7.8	4.4
N.I	0.6	0.4
Total (N=100%)	85.434	32.401
40 e +		
1 Local	10.7	14.8
2 - 3	50.7	54.2
4 - 5	28.2	24.4
6 ou +	9.8	6.3
N.I	0.5	0.3
Total (N=100%)	38.807	15.008
Total		
1 Local	20.5	23.6
2 - 3	53.7	56.4
4 - 5	18.9	16.0
6 ou +	6.3	3.6
N.I	0.6	0.4
Total (N=100%)	213.066	84.986

FONTE: SIMI/Sistema de Informações sobre Migrações Internas/MINTER, Relatório 4.0, Referente a Fluxos Registrados entre 1/8/77 e 30/6/81.

